Dt. economia

Brasília se prepara para enfrentar período difícil por causa do ajuste fiscal

Corte de gastos e redução da renda dos servidores desaquecerá economia local

Odail Figueiredo

• BRASÍLIA. Sem base industrial e agrícola significativa, altamente dependente de verbas federais e com uma economia extremamente sensível à renda dos funcionários públicos, Brasília se prepara para atravessar um período de dificuldades sem precedentes em

conseqüência do programa de ajuste fiscal. A capital ainda se orgulha de ter uma das mais altas rendas *per capita* do país, mas enfrenta hoje problemas comuns às grandes cidades brasileiras. Cerca de 18% das pessoas em condições de trabalhar estão sem ocupação. A situação tende a se agravar, pois o ajuste atinge Brasília

duplamente: pelo enfraquecimento da economia local e pela redução dos gastos da União.

Para o secretário de Fazenda do Distrito Federal, Mário Tinoco, o pacote fiscal do Governo vai reduzir a atividade econômica e, conseqüentemente, o nível de arrecadação do ICMS. O imposto é responsável por 80% da arrecada-

ção do DF e vem mostrando sinais de enfraquecimento. A receita de setembro, de R\$ 82,5 milhões, foi 4,45% menor em relação a setembro de 97. A receita tributária total (R\$ 107,8 milhões) teve queda menor, de 0,85%, porque um programa de fiscalização do Governo garantiu o crescimento de impostos como o ISS. ■

Construção civil sofre com o cancelamento de obras públicas

O quadro, segundo Koffes, tende a se agravar no ano que vem, pois os funcionários sofrerão uma queda de renda adicional com o aumento das contribuições que terão que fazer à Previdência. A economia local, além disso, deve se enfraquecer com a redução geral de despesas do Governo federal, que está cancelando obras e cortando gastos com a contratação de serviços como limpeza e vigilância de prédios públicos.

O cancelamento de obras do Governo federal vem atingindo fortemente também a construção civil. O Poder Executivo já não constrói nada há muito tempo e as únicas grandes obras em andamento na esfera federal são do Judiciário — a ampliação da sede do Supremo Tribunal Federal (STF) e a construção da sede da Procuradoria Geral da República. O metrô de Brasília, que empregava grande quantidade de mão-de-obra, também terá dificuldade para obter recursos em 99. Um pedido do Governo do DF para incluir R\$ 85 milhões no Orçamento da União de 99 não foi atendido.

— O empobrecimento da população é visível, e o desemprego, que atinge 150 mil pessoas, deve crescer — diz o deputado federal Chico Vigilante (PT), que é membro da Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

Como qualquer outra unidade da federação, o Distrito Federal também terá que se ajustar, em dois anos, às exigências da Lei Camata, que limita os gastos com funcionários públicos a 60% da receita tributária líquida. Em Brasília, esse índice é de 82%. Para se enquadrar na nova regra, o governo local teria que demitir 35 mil servidores. ■

Mais de metade da receita sai dos cofres da União

De janeiro a outubro, vendas caíram 43,2% em relação a 1997

• BRASÍLIA. A arrecadação tributária própria do Distrito Federal representa apenas 45% das receitas totais do governo local. Mais da metade vem de repasses do Governo federal, que cobre integralmente, por exemplo, a folha de pagamento das áreas de segurança pública, saúde e educação. São cerca de R\$ 140 milhões por mês, que pagam os salários de aproximadamente cem mil pessoas. Esses recursos foram assegurados no Orçamento de 1999, mesmo com os cortes previstos no ajuste fiscal.

O corte de gastos não atingiu dramaticamente os projetos bancados com recursos federais em Brasília — a redução não passou de R\$ 13,8 milhões — embora alguns deles tenham sido reduzidos ou mesmo cancelados. A maior preocupação de empresários, políticos e economistas é o efeito que terá na economia da cidade a queda de renda dos funcionários públicos. Os servidores federais e do governo local representam 22% da população economicamente ativa do Distrito Federal e, por causa disso, o comércio entra em crise sempre que o poder aquisitivo desses funcionários diminui.

Dados da Federação do Comércio do DF indicam que, de janeiro a outubro deste ano, as vendas do comércio de Brasília tiveram uma redução de 43,2% em relação aos dez primeiros meses de 97. A queda, de acordo com o presidente da Federação, Sérgio Koffes, é consequência do congelamento dos salários dos servidores nos últimos quatro anos.